



CIEA7 #6:

(COUNTER-) MEMORIES OF COLONIALISM: REMEMBRANCE,
RESISTANCE AND TRANSFERENCE IN ANTI-COLONIAL AFRICAN
NARRATIVES

Carolina Peixoto[©]

carolinapeixoto@ces.uc.pt

Por uma perspectiva histórica pós-colonial, um estudo de caso: A ‘descolonização’ de Angola e o retorno dos ‘nacionais’

Uma análise crítica da pós-colonialidade requer um exame do processo de memória seletiva e esquecimento nas antigas sociedades coloniais. Considerando que a descolonização deveria corresponder a um questionamento do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização, parece plausível afirmar que, apesar de concretizada a transição política que permitiu que Angola se tornasse um Estado independente, as heranças e memórias portuguesas e angolanas ainda estão muito aquém da descolonização. Partindo da percepção de que mesmo depois da independência política de Angola continuou (e continua) a existir uma “guerra de memórias” sobre a experiência colonial e o processo que levou à independência desta colônia considerada a “jóia da coroa do império português”, pretendo refletir sobre o papel desempenhado por estas diferentes memórias em disputa na formação de novas identidades nacionais, tanto nesta antiga colônia bem como em Portugal, sua antiga metrópole.

Angola, Portugal, Reconfigurações identitárias.

[©] Doutoranda em Pós-Colonialismos e Cidadania Global – CES/FEUC. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a descolonização e sobre os fluxos humanos nos espaços de encontros e desencontros, de aproximações e de fossos de incompreensão que foram as colônias e suas respectivas metrópoles exige a observação da história das relações coloniais. Para o que se propõe neste trabalho cabe então começar por uma apresentação, ainda que breve, do que foi a relação entre Portugal e Angola.

Apesar dos primeiros contatos entre Portugal e a região que atualmente compreende o Estado angolano remontarem ao século XV, a conversão de Angola em uma colônia de povoamento foi um processo iniciado em fins do século XIX, mas que só ganharia fôlego a partir de meados do século XX (Castelo, 2007).

Em nenhum dos territórios africanos onde o colonialismo de povoamento teve lugar – África do Sul, Argélia, Rodésia do Sul, Quênia, Angola e Moçambique – desenvolveu-se um modelo puro de colônias de povoamento, como o dos EUA, por exemplo. O colonialismo de povoamento praticado no continente africano no século XX baseou-se simultaneamente no povoamento europeu com caráter definitivo, no domínio político e jurídico da metrópole sobre as populações indígenas e na exploração da mão-de-obra e dos recursos locais (Castelo, 2007; Elkins; Pedersen, 2005). Seguindo este padrão, nas colônias portuguesas rigorosas políticas em relação ao controle da terra e do trabalho das populações nativas coexistiram com a retórica da promoção de uma mistura racial harmoniosa através da fixação de colonos metropolitanos nos territórios africanos.

O modelo de colonialismo de povoamento implementado do pós-Segunda Guerra Mundial ao início dos anos 1970 nos dois maiores territórios ocupados pelos portugueses em África, nomeadamente Angola e Moçambique, exaltava a constituição de sociedades multirraciais através de uma contundente penetração europeia que abrangesse todo o território colonial e todas as suas atividades econômicas. Para tanto, advogava a promoção de um povoamento em larga escala fortemente financiado pelo Estado, diretamente, com programas de colonização dirigida, e indiretamente, através do apoio à colonização livre e ao desenvolvimento econômico das colônias.

De fato, ao longo de toda a história da relação colonial entre Portugal e África os maiores fluxos migratórios de colonos metropolitanos para Angola e Moçambique concentraram-se no período compreendido entre os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial e o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, que pôs fim ao regime salazarista e deu início ao processo de transição política para a independência das

colônias. Entretanto, Cláudia Castelo observa que, não obstante o grande esforço de propaganda governamental em favor do povoamento ultramarino com colonos portugueses, o mérito de atrair largas camadas da população metropolitana para as colônias coube, na realidade, ao acelerado desenvolvimento econômico destas. Foi a expansão da economia angolana e moçambicana o que contribuiu para melhorar a imagem que na Europa se fazia de África e atrair contingentes nunca vistos de brancos para aqueles territórios (Castelo, 2007: 110).

Angola conheceu um desenvolvimento econômico acelerado após a Segunda Guerra Mundial porque dispunha de produtos valorizados no mercado internacional como o café, o petróleo, os diamantes e o minério de ferro, assistiu ao incremento das infra-estruturas de transporte capazes de escoar essas matérias-primas para o exterior e, simultaneamente, passou por um processo de industrialização voltado, sobretudo, para a produção de bens de consumo. Vale ressaltar que o crescimento econômico angolano não se estagnou durante os 13 anos da guerra pela libertação nacional (1961-1974), pelo contrário. Em resposta ao início do conflito o governo português abriu as economias ultramarinas aos capitais estrangeiros, o que contribuiu largamente para as altas taxas de crescimento atingidas por essas economias nos anos seguintes. A extensão da guerra à Guiné (1963) e Moçambique (1964) também favoreceu a evolução das economias dos territórios coloniais devido ao alargamento do mercado interno propiciado pelos volumosos contingentes militares e pelo acréscimo das despesas públicas.

Apesar do significativo aumento da fixação de portugueses em Angola e Moçambique observado a partir dos anos 1950, a migração livre para África nunca superou a emigração para o estrangeiro. O principal destino da emigração portuguesa até o início da década de 1960 foi o Brasil. Em meados da década de 1960, apenas um em cada quatro emigrantes portugueses se dirigia às colônias. Nessa altura o principal destino dos portugueses que deixavam sua terra natal era a França. Ou seja, no âmbito do movimento emigratório português em geral, mesmo no auge da migração de povoamento a África portuguesa nunca deixou de ser um destino secundário (Castelo, 2007: 181).

Lubkemann afirma que o colonialismo de povoamento na África portuguesa pode ser mais bem descrito como um tipo de “colonialismo de migração” no sentido de que foi realizado predominantemente por indivíduos cujas trajetórias pessoais originavam-se na metrópole e que aí mantinham laços sociais e, conseqüentemente, outras opções sociais (Lubkemann, 2005: 259).

Mas quem eram esses emigrantes portugueses dispostos a colonizar a África a partir de meados do século XX?

Segundo a leitura de Cláudia Castelo (2007), para os propagandistas do colonialismo português o “perfeito colono” seria a garantia da permanência da soberania lusa nos territórios ultramarinos e um elemento indispensável da obra civilizadora. Portanto, o modelo tido como o ideal baseava-se na ideia de que era indispensável que o colono fosse saudável, robusto e relativamente jovem para suportar a aclimação aos ambientes tropicais mais hostis. As mulheres, desde que possuíssem boa resistência física, eram vistas como elementos essenciais à colonização porque da sua presença dependia a manutenção da dignidade dos colonos em África, o afastamento de todas as tentações e vícios imorais, a reprodução da família cristã. No que se refere à escolaridade e à aptidão profissional, o colono devia, pelo menos, saber ler e escrever e ter um ofício. Tendo em vista que, de outro modo, não teria vantagens sobre os indígenas com os quais não podia nem devia competir nas tarefas braçais, para não se rebaixar nem degradar.

Entretanto, os colonos enviados para Angola e Moçambique à custa do erário público tinham baixas qualificações escolares e profissionais, correspondendo ao perfil do emigrante português que rumava ao estrangeiro. Ou seja, eles constituíam a pequeníssima parcela de indivíduos que o Estado conseguiu “desviar” da emigração para a Europa central. Grande parte da migração oriunda da metrópole e destinada ao ultramar foi determinada pelo sonho da promoção social. Aqueles que migravam da metrópole para as colônias tinham a percepção de que chegando ao destino seriam enquadrados no estrato dominante da sociedade, independentemente de sua posição social e econômica, tanto à partida como no seio da própria comunidade colona. Isto porque os territórios coloniais ofereciam oportunidades acrescidas aos naturais da metrópole, devido ao modelo econômico, baseado na exploração de mão-de-obra local, e à própria estrutura social construída com base em fortes barreiras raciais que protegiam os colonos e lhes garantiam um estatuto e um prestígio inquestionáveis (Castelo, 2007).

Nas colônias de povoamento na África, a segregação racial separava não-brancos de brancos em quase todas as esferas da vida pública e privada. A cidadania e a lei metropolitanas eram válidas para os colonos brancos. Em contraste, a “questão nativa” era usualmente tratada pelo estabelecimento de instituições separadas para várias unidades tribais o que se esperava que servisse para reforçar seus próprios costumes ou direitos tradicionais. (Elkins; Pedersen, 2005: 12-13), Portugal, assim como a França tinha feito antes para a Argélia, estabeleceu um sistema legal e jurídico

bifurcado para “civilizados” e “indígenas” baseado em hierarquias raciais e “civilizacionais” e corporificado no Estatuto do Indigenato, que excluía as populações indígenas dos direitos de voto e representação, demarcando claramente os limites da política assimilacionista. Exterminação e assimilação eram os dois lados de uma mesma moeda: ambos destinados a proteger o caráter racial e culturalmente branco da população de colonos e destruir completamente o mundo indígena (Elkins; Pedersen, 2005: 3). Nunca foi intenção dos colonialistas promover a ideia de que o poder poderia ser compartilhado multi-racialmente, uma vez que a concretização da assimilação inevitavelmente usurpava os privilégios reservados aos colonos e eliminaria o próprio sentido da colonização. Da garantia política da preservação da diferença e da reprodução hierárquica da desigualdade dependia a perpetuação do império.

EXPERIÊNCIA COLONIAL E IDENTIDADE NACIONAL:

A construção da portugalidade

De acordo com Omar Ribeiro Thomaz, existe uma relação complexa entre a construção dos Estados-nações contemporâneos na Europa Ocidental e os modernos impérios coloniais. Na grande maioria das vezes, não havia uma clara separação entre o “nacional”, o “colonial” e o “imperial” (Thomaz, 2001: 57). O caso português, estudado em pormenor por este autor, parece ser um dos melhores exemplos desta imbricação entre nação e império.

Boa parte do século XX foi vivida em Portugal sob um regime autoritário durante o qual o império colonial condicionaria, em grande medida, o limitado debate sobre a “questão nacional”. O Estado português apostou numa percepção desterritorializada da nação que obteve eco em várias instituições e em diversos universos da cultura, tais como a literatura, as artes e as próprias disciplinas universitárias. A “nação desterritorializada” corresponderia a ideia da existência de uma comunidade de sentido que englobaria não apenas o Portugal europeu e os arquipélagos adjacentes (Madeira e Açores), mas também os territórios coloniais na África (Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), o Estado da Índia Portuguesa (Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli), a cidade de Macau, a parte oriental da ilha do Timor e as próprias comunidades de migrantes portugueses espalhadas pelo mundo. Ao longo de todo o período autoritário (1926-

1974), procurou-se “incorporar” simbolicamente e, por vezes, institucionalmente, os territórios controlados por Portugal (Thomaz, 2001: 56).

O Estado Novo português investiu numa realidade imperial que se queria a tradução da nação. Nesse sentido, promoveu um conjunto de dispositivos legais que, se por um lado afirmavam a opção política centralizadora, por outro levavam às últimas conseqüências a noção da “diferença de estado civilizatório” entre as populações autóctones das colônias e os cidadãos metropolitanos. Concomitantemente, pregava-se a nacionalização dos territórios coloniais, que deveria dar-se nos âmbitos econômico, político e também cultural, isto é, os “indígenas” e os habitantes de todas as colônias fariam parte do corpo da nação portuguesa, espalhada pelos quatro cantos do mundo. Criava-se, assim, uma estrutura legal para o império na qual se passava a associá-lo a ideia de nação ou até mesmo a traduzi-lo por esta. A diversidade cultural, conjugada com a ideia de diferentes “estágios de desenvolvimento”, consagrava legalmente a desigualdade estrutural do império e atribuía ao Estado o papel tutelar e de administração da progressiva assimilação da população nativa ao corpo político e espiritual da nação. E mais: transferia para a essência da nação o fato de possuir e administrar territórios coloniais (idem, 61-63).

Nesse contexto forjou-se a noção de “bom povo português” presente no ideário do Estado Novo e na obra de antropólogos vinculados às instituições salazaristas. Caso dos trabalhos de Mendes Corrêa e Jorge Dias, que parecem convergir na concepção da existência de um “bom povo português”, naturalmente afável no trato com os povos exóticos. Sua atitude tolerante o singularizaria enquanto povo colonizador, pois basearia a “assimilação” na “adaptação”. “Assimilação” das populações indígenas; “adaptação” ao meio: processos que só seriam possíveis graças à mesma concepção defendida também por Gilberto Freyre, idealizador do luso-tropicalismo. Para Mendes Corrêa a raça definiria uma série de constantes que seriam reveladoras de um espírito português, para Jorge Dias essas constantes estariam expressas na cultura, que definiria uma identidade portuguesa distinta da dos outros povos latinos (Thomaz, 2001).

Ou seja, no espaço português formado pela nação-império as noções de raça (branca) e cultura (européia ocidental) foram simultaneamente acionadas para definir uma ideia de portugalidade que diferenciava os cidadãos – metropolitanos e colonos –, dos súditos, as populações autóctones (negras e “bárbaras”) dos territórios colonizados. A estrutura hierárquica da nação-império faria de todos portugueses, mas a cada “português” caberia uma classificação de acordo com seu local de origem (metrópole ou colônias), sua raça e sua cultura. Isso pode explicar o fato de que nas

colônias o nacionalismo não tenha sido o primeiro alicerce da construção identitária, quer dos colonos quer dos colonizados, mas sim o racismo, uma vez que, no espaço colonial, importava ser-se europeu ou africano, branco ou negro – categorias que definiam estatutos e que eram prescritivas das relações sociais. Da percepção de que as diferentes origens e cores de pele refletiam também disparidades sócio-culturais, isto é, distintas maneiras de ser e estar no mundo, nasceriam os movimentos nacionalistas africanos.

Frantz Fanon (2005) salientava que o combate anticolonialista não se inscreveu de repente numa perspectiva nacionalista. Durante muito tempo os colonizados dirigiram seus esforços à supressão das injustiças sofridas como o trabalho forçado, as sanções corporais, as desigualdades nos salários, as limitações dos direitos políticos, etc. Com o passar do tempo este combate acabaria por desembocar na reivindicação nacional.

A emergência dos movimentos nacionalistas em luta pela independência revelaria a falácia da ideia de uma nação-império “pluricontinental e multirracial”, de um “bom povo português” e de identidades culturais substantivas que a hierarquia do império devia preservar. Durante a guerra, dos dois lados das trincheiras, o que se observava estava longe do ideal idílico que muitos acreditavam existir em Portugal e nas suas “províncias ultramarinas” (Thomaz, 2001: 77).

A emergência da angolanidade

Em *História das Colonizações*, Marc Ferro, assinala que “em África a resistência à colonização teria começado com a própria colonização” (Ferro, 1996:236 apud Correia, 1998: 359). Isto é, colonização e descolonização teriam marchado par e passo constituindo movimentos antagônicos, de ação e reação, inseridos num mesmo fenómeno. Como lembra Pezarat Correia, as campanhas militares em Angola, Moçambique e Guiné, nos finais do século XIX e princípios do XX, foram guerras dos povos africanos contra a penetração colonial. Depois deste longo período marcado pela resistência à ocupação, o movimento de descolonização em África teria início pouco depois da I Guerra Mundial, à contragosto das potências coloniais que pretendiam preservar seu estatuto. O movimento de descolonização foi então assumido apenas pelos povos colonizados e impulsionado pelas dinâmicas do “pan-africanismo”, liderado por William Du Bois e do “pan-negrismo”, encabeçado por Marcus Garvey. Para Portugal, 1920 assinalaria o início do fim do ciclo africano do Império com a fundação, em Lisboa, da Liga Africana, sob inspiração do Movimento

Pan-Africano. A partir daí o período que se prolonga até aos anos 1950, quando estudantes das colônias fundam, também em Lisboa, o Centro de Estudos Africanos e o Movimento Anticolonial (MAC), é o da fermentação da ideia da descolonização das colônias portuguesas em África (Correia, 1998:359-360).

Paradoxalmente, foi a assimilação, proclamada pelos europeus como o objetivo máximo da missão civilizadora, que deu impulso a consciencialização social, cultural e política em novos moldes dos poucos negros e mestiços que conseguiram ter acesso à educação, no formato ocidental, e conquistar o estatuto de “assimilados”. Os ditos “africanos ocidentalmente aculturados”, portadores de uma identidade múltipla, constituiriam o núcleo da intelectualidade de cujas fileiras viriam muitos dos militantes contra o colonialismo e as figuras de liderança do moderno nacionalismo angolano.

A primeira tarefa abraçada por estes jovens intelectuais, em sua grande maioria ainda estudantes nos liceus de Luanda e Sá da Bandeira ou nas universidades metropolitanas, foi redescobrir o passado para reinterpretar o presente e recuperar a autonomia do imaginário africano. Seu objetivo inicial era devolver aos angolanos a capacidade de retomar a consciência de si mesmos, a capacidade de assumir sua própria dimensão. Nesse sentido, a geração de intelectuais angolanos que entraria na cena histórica nos anos imediatos à Segunda Guerra Mundial ao fundar o moderno nacionalismo angolano recuperaria alguns temas essenciais do discurso político de uma geração anterior, que Mário de Andrade (1997) denomina “protonacionalista”.

No início do século XX, os “protonacionalistas” – “letrados do sistema”, elite representativa de uma pequena-burguesia urbana e rural embrionária, não homogênea, cuja vocação natural declarada era a direção do poder autônomo ou regionalista no seu próprio interesse – inspirados pelas ideias que atravessaram o seu tempo, nomeadamente as dinâmicas pan-africana e pan-negrista em torno de Du Bois e Marcus Garvey, desfraldaram a bandeira do protesto contra as leis iníquas de exceção adotadas pelo Estado português. Apesar de inscreverem suas reivindicações dentro do quadro de uma grande pátria lusitana, enquanto negros, assumiram como seu dever, antes de tudo, defender a raça, em posição de contra-ofensiva, face ao preconceito reinante sobre a inferioridade congênita deste grupo humano (Andrade, 1997).

A geração de 50 adotaria um grau mais crítico de compreensão lógica do sistema colonial português, o que levaria à reivindicação da independência de Angola, mas suas reflexões sobre a problemática inerente ao sistema colonial continuaram durante largo tempo pautadas em temáticas semelhantes às abordadas pelos “protonacionalistas”, como a dicotomia indígena/assimilado, a permanência apenas

dissimulada do trabalho obrigatório, a espoliação das terras ou a dificuldade do acesso à instrução. O discurso sobre a raça também continuou sendo um tema recorrente, reassumido no contexto cultural do movimento da negritude.

A partir dos anos 1950 a expressão mais visível das narrativas opostas à oferecida pelos colonizadores foi a grande narrativa impulsionadora da luta anticolonial, que, para além da denúncia do colonialismo e dos seus vícios (discriminação, subalternização, ocultação de saberes, etc.), propunha a elaboração de um projeto nacional, baseado no modelo de nação moderna ocidental. E foi a partir desta narrativa, que mesclava influências africanas e ocidentais e partiu da revisão do passado interessada em projetar o futuro, que surgiu de forma objetiva e diretiva a ideia da angolanidade.

A literatura de combate foi uma das armas dos movimentos nacionalistas instigando à luta pela nação a construir a partir da “recuperação” de um passado único, ainda que inventado, capaz de fazer emergir os “angolanos” unidos em nome da luta contra um inimigo comum – a colonização. Mas esse apelo à igualdade provocaria o apagamento das diferenças que formavam o tecido social do país, gerando profundas contradições, sinônimo de continuidades com mecanismos imperiais que continuavam a impor a sua ação.

Os movimentos nacionalistas se afirmaram como porta-vozes das aspirações dos povos indígenas das colônias portuguesas, mas, como ressalta Amina Mama (2007), em grande parte da África, as identidades nacionais sempre foram mal alicerçadas e sujeitas a uma permanente contestação, nunca logrando sobrepor-se ao pulsar multiétnico, multilingue e multireligioso do continente. Com a angolanidade não seria diferente. Em Angola, a luta anticolonial foi marcada pela ambigüidade entre a ideia homogeneizadora de angolanidade ligada a um projeto nacional e a realidade heterogênea vivida pelos “angolanos”, onde atuavam outras narrativas como a etnicidade, a raça e as religiões, por exemplo. Mas como nenhuma dessas outras identidades comunitárias, quer fossem étnicas, raciais, religiosas, regionais, ou de qualquer outro caráter que pudesse agregar indivíduos em torno de uma ideia ou representação, pôde contar com estruturas institucionais ou instituições culturais que lhes permitissem consolidarem-se no mundo moderno, elas foram adquirindo e perdendo aceitação ao sabor da variável sorte política angolana. Num primeiro momento chegaram a ser acionadas numa tentativa de integrar o maior número possível de pessoas na luta anticolonial. Depois, foram relegadas como sinônimo de “atraso” diante de um projeto de nação que se queria moderna.

De modo geral, os intelectuais, promotores da angolanidade e organizadores dos movimentos nacionalistas, mostraram-se relutantes em assumir uma atitude mais pró-ativa no que dizia respeito às divisões transversais como as que passavam pelos fatores de classe, diferença sexual, etnicidade, sexualidade, religião, etc., talvez por considerá-las perigosas demais no contexto da própria precariedade da ideia de angolanidade.

OS ANOS DO FIM DA PRESENÇA COLONIAL PORTUGUESA EM ANGOLA:

No final de 1973 a população branca que residia permanentemente em Angola e Moçambique rondaria as 500 mil pessoas, sendo que apenas 35% destes tinham nascido naquelas paragens. Em traços gerais, era uma população em acelerado (embora tardio) processo de enraizamento, majoritariamente urbana, pouco miscigenada, equilibrada em termos de sexo, com uma elevada percentagem de jovens, índices de instrução acima da média nacional portuguesa da altura e com membros ativos ocupados principalmente no setor terciário (Castelo, 2007: 379).

Vale lembrar que as comunidades colonas de Angola e Moçambique não eram iguais e também não eram homogêneas. Conviviam no seio de cada uma delas diferentes sensibilidades, preocupações e interesses. Mas, observando a história dos movimentos de libertação nacional que se formaram em Angola e Moçambique e levaram adiante a luta pela independência, é possível afirmar que, de modo geral, o ideal da independência africana contagiou setores muito restritos da população branca.

Mesmo depois do início da guerra de libertação nacional, as principais reivindicações dos colonos de Angola incidiam na segurança, no desenvolvimento econômico e na autonomia administrativa. Os colonos queriam participar mais ativamente na condução dos seus próprios destinos e abolir um pacto colonial considerado lesivo aos interesses das colônias (Castelo, 2007: 351-352). Contudo, não se imaginavam fora do “império” português. No início da década de 1970, Luanda era uma cidade “européia”, mais moderna do que Lisboa, com uma ambiência cosmopolita e um nível de vida acima da média no contexto africano. A maioria da população de origem metropolitana não queria perder esses e outros privilégios de que gozavam no ambiente colonial e parece não ter percebido, talvez devido à censura e à

propaganda do Estado Novo, que a guerra nunca seria ganha e que Angola deixaria de ser Portugal.

O exército, sustentáculo do Estado Novo por quase cinqüenta anos, foi o principal protagonista do golpe de Estado que, na alvorada de 25 de abril de 1974, derrubou a ditadura em Portugal. Democratizar, desenvolver e descolonizar. O genérico programa do Movimento das Forças Armadas – MFA –, que assumiu o poder em Portugal, podia resumir-se nesses três verbos.

Nos primeiros dias de maio de 1974, uma delegação do MFA chegou à Luanda dando início ao debate sobre o processo de descolonização. Logo, o uso das novas liberdades políticas, especialmente as de opinião e associação, deu origem a um surto de agrupamentos políticos. Geralmente, esses grupos recém-fundados ou re-emergindo de uma existência clandestina tentaram assumir a representatividade daqueles que não tinham aderido a nenhum dos movimentos que fizeram a luta armada. Ou seja, tais grupos multiplicaram esforços no sentido de ampliarem sua base social, para provar que constituíam forças políticas significativas que teriam de participar em qualquer acordo sobre a descolonização do país. Tentativas vãs que não receberam apoio nem da OUA – Organização da Unidade Africana, nem da Comissão de Descolonização da ONU (Heimer, 1980: 61).

Na verdade, as negociações sobre a transição política para a independência foram realizadas apenas entre as forças militares que tomaram parte na guerra. Sendo assim, as conversações foram travadas entre o MFA e os três movimentos que participaram da guerra de libertação nacional, isto é, o Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA, a União Nacional pela Independência Total de Angola – UNITA e a Frente Nacional de Libertação de Angola – FNLA. As opiniões dos civis, independentemente de sua origem étnica ou racial, não foram consideradas. Segundo Pezarat Correia (1991), a fase da transferência do poder para os angolanos foi um reflexo vivo da forma como se processou a luta de libertação em Angola. A força de negociação de Portugal e dos movimentos nacionalistas, a unidade ou divisão desses movimentos, a participação na luta armada e o grau de violência atingido durante a guerra, determinaram a legitimidade política das partes envolvidas e constituíram um conjunto de fatores decisivos para definir entre que atores sociais se fariam as negociações, quais seriam seus condicionantes e objetivos.

Entretanto, estes três movimentos não representavam os interesses de todos os habitantes do território angolano. Em 1974, cerca de 330.000 brancos viviam em Angola o que constituía a segunda maior população branca do continente africano, superada apenas pela África do Sul (Correia, 1991: 180). Os brancos dominavam

quase totalmente a infra-estrutura da agricultura, dos transportes e da administração e, na altura em que se deu a Revolução dos Cravos, encontravam-se mais fortalecidos do que em qualquer fase anterior da presença colonial portuguesa em Angola.

Logo que se tornou notável que mudanças profundas seriam inevitáveis deu-se uma explosão da violência dos colonos contra os colonizados. Em meados de 1974, o conflito entre brancos e não-brancos estava no centro da confrontação política em Angola.

Sentindo-se ameaçados, aqueles colonos que sempre haviam apoiado as teses integracionistas do Estado Novo ou, numa fase tardia, as soluções federalistas, quando constataram a sua inviabilidade, passaram a arriscar em tentativas golpistas, violentas se necessárias, que contrariassem a transferência do poder para os movimentos de libertação e assegurassem a sobrevivência dos privilégios, das estruturas e do modelo de relacionamento social e étnico em vigor durante a colonização, através duma qualquer solução neocolonial. Assim, aderiram a movimentos clandestinos que postulavam o monopólio do poder político para os brancos de Angola, como garantia de uma posição econômica e social privilegiada. Ou seja, apostaram numa “solução à rodesiana”¹ para Angola. Essa estratégia foi adotada, principalmente, por homens de negócios, que advogavam que a promoção de um crescimento capitalista acelerado da sociedade angolana seria a melhor solução para o problema colonial. Esta opção implicaria a aceitação de um sistema de “interação assimétrica” com as sociedades tradicionais, e a promoção da decomposição destas últimas. Mas não através da redução das clivagens raciais, até o seu desaparecimento total, a longo prazo, proposta pela metrópole portuguesa depois de 1961. Os colonos que se propunham a assumir o controle de Angola consideravam como óbvio que uma integração política no “bastião branco” da África Austral, e uma diversificação das relações econômicas internacionais, livres dos controles metropolitanos, seriam condições suficientes para garantir a viabilidade de sua estratégia política (Heimer, 1980:43-44).

Quando já não havia dúvidas de que o fim do colonialismo seria a independência liderada pelos movimentos de libertação e parecia improvável a adoção de uma solução que permitisse ao menos uma certa medida de controle por parte dos colonos, ou mesmo de uma solução consensual garantindo a representação política dos brancos enquanto grupo, as ameaças das minorias brancas assumiram maior consistência. Em novembro de 1974, alguns colonos tentaram desencadear uma

¹ Assim chamada porque se inspirava no golpe sessionista liderado por Ian Smith, que declarou unilateralmente a independência da Rodésia (atual Zimbábue) sob o controle da minoria branca, em 1965.

revolta armada generalizada com o objetivo de assumir o poder. Tentativa frustrada pela intervenção de tropas portuguesas fiéis à cúpula do MFA que dirigia o processo de transição para a independência em Angola.

Nem todos os colonos foram partidários da aplicação do modelo rodesiano, outras soluções políticas foram debatidas entre a comunidade branca de Angola. Parte da antiga oposição branca e mestiça (assimilada) ao regime de Salazar, que se caracterizava por uma orientação liberal democrata, e ocasionalmente socialista, tentou fazer-se representar nas discussões acerca do futuro de Angola independente organizando “movimentos democráticos” que tentavam mobilizar o apoio das massas brancas em favor de um arranjo inter-racial para uma “descolonização consensual”. Mas, como destacado anteriormente, nenhuma organização da sociedade civil desarmada foi ouvida no processo de transição para a independência. O fato de terem sustentado a luta armada contra a dominação colonial, conferiu à FNLA, ao MPLA e à UNITA uma autoridade que tornou mais ou menos ilusórias as tentativas feitas por outros grupos de estabelecer-se numa base diferente de legitimação política.

Descartada a “solução à rodesiana” e formalizada a paz entre Portugal e cada um dos três principais movimentos de libertação angolanos, o próximo passo era negociar os termos da independência e da transferência do poder. Mesmo sem uma efetiva unificação dos seus projetos políticos, FNLA, MPLA e UNITA se reuniram com o governo português entre 10 e 15 de janeiro, no Algarve. O resultado foi a definição dos princípios que orientariam o processo de transferência do poder político para o controle exclusivo dos angolanos. Tais princípios ficariam conhecidos como o Acordo de Alvor, nome da cidade onde foi assinado. A independência de Angola foi agendada para o dia 11 de novembro de 1975. Até esta data, o país seria administrado por um governo transitório dirigido por um colegiado presidencial constituído por três membros, um de cada movimento de libertação. As deliberações do governo transitório seriam tomadas por maioria simples, de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do colégio presidencial. Durante o período de transição, o governo português seria representado por um alto-comissário nomeado pelo presidente da República. Não caberia ao alto-comissário intervir na ação governativa, mas poderia ser consultado pelo colégio presidencial sempre que este desejasse.

Além de conduzir a política interna, o governo de transição deveria preparar a realização de eleições gerais para a Assembléia Constituinte de Angola, respeitando um prazo de nove meses a partir de 31 de janeiro de 1975, data da sua instalação. As candidaturas à Assembléia Constituinte deveriam ser apresentadas exclusivamente pelos movimentos de libertação, FNLA, MPLA e UNITA, “únicos representantes

legítimos do povo angolano”.² Formada a Assembléia Constituinte, ela deveria eleger o primeiro presidente da República de Angola, autoridade incontestável para quem o Estado português transmitiria em 11 de novembro de 1975 os soberanos poderes de uma Angola totalmente independente.

O governo de transição transformou-se rapidamente num campo de batalhas partidárias muito virulentas. As reuniões do Conselho de Ministros decorriam num ambiente de total ausência de confiança entre os representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA. Em fevereiro, já era evidente que as estratégias de ocupação do espaço político passariam por uma prova de força militar. Em meados de 1975 o governo de transição já não existia. As armas voltariam a apontar o futuro de Angola, à guerra pela independência se seguiria a guerra civil.

No Acordo de Alvor a FNLA, o MPLA e a UNITA reafirmaram a adoção de uma política de não-discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se definiria pelo nascimento em Angola, ou pelo domicílio, desde que os domiciliados se identificassem com as aspirações da nação angolana através duma opção consciente.³ Contudo, os distúrbios registrados em Luanda e a agitação que mais ou menos se sentia em todo o território contribuíram para que se criasse um ambiente desfavorável à presença dos europeus em Angola. Os conflitos armados em Luanda geraram pânico na população. O resultado imediato foi o início do êxodo em massa dos colonos.

O COMPLEXO CASO DO RETORNO DOS “NACIONAIS”:

Como apresentado anteriormente, apesar das centenárias relações portuguesas com África, o fluxo massivo de colonos para Angola ocorreu já quase no final da experiência colonial. Como resultado, a grande maioria dos brancos que saíam de Angola no final do processo de transição para a independência, e que chegando a Portugal seriam chamados de *retornados*, tinha nascido na metrópole ou eram crianças e jovens dependentes de parentes oriundos da metrópole. Por isso, de modo geral, os ex-colonos de Angola que chegaram a Portugal entre 1975 e 1976 retornaram para as comunidades de onde vieram ou de onde um membro familiar imediato havia migrado originalmente. Ou seja, reasentaram-se em áreas nas quais

² Cf. Acordo de Alvor. Capítulo VI – Das eleições gerais para a Assembléia Constituinte de Angola. Art.º 41, in Correia, 1996: 277.

³ Acordo de Alvor. Capítulo VII – Da nacionalidade angolana. Art.º 45, in Correia, 1996: 277.

mantinham laços familiares e assim puderam valer-se da assistência da família estendida, o que contribuiria para facilitar sua reinserção social.

Na antiga metrópole os colonos repatriados foram freqüentemente vistos com inquietação, como portadores de um extremismo de direita ou como recordações incômodas do entusiasmo colonial que muitos preferiam esquecer. Esforçando-se para serem aceitos de novo como “portugueses iguais aos outros” os *retornados* rejeitavam esse rótulo, enfatizavam sua conexão com Portugal e reivindicavam sua portugalidade. Entretanto, aqueles “imigrantes da descolonização” que aparentavam fenotípicas evidências de parentesco com africanos negros foram mantidos de forma muito visível e marcadamente na sociedade portuguesa como “racialmente outros”. Segundo Lubeckmann, as melhores estimativas indicam que entre 25 e 35 mil *retornados* tinham alguma ascendência africana (2005: 266).

Porque essas “minorias raciais” migraram para Portugal fugindo da independência de seu “país de origem”? Recordando a ideologia colonial portuguesa a resposta parece óbvia: eles “eram” portugueses. Até o dia 11 de novembro de 1975 Angola era Portugal e todos os colonos, assimilados e nativos que viviam no território angolano-português eram portugueses, embora vigorassem classificações hierárquicas que estratificavam essa população: brancos metropolitanos eram cidadãos; brancos nascidos em Angola eram cidadãos de segunda classe, mestiços e negros assimilados eram cidadãos de segunda classe com ressalvas (porque sua condição de assimilado podia ser revogada) e os indígenas eram nacionais, mas não cidadãos. Portanto, os *retornados* estigmatizados em Portugal tinham sido aliados ou apoiantes da presença colonial portuguesa em Angola, acreditavam pertencer à “comunidade imaginada” portuguesa, ideia posta à prova quando chegaram à metrópole. Nesse novo contexto os frutos da assimilação causaram tensões profundas: era um problema aceitar como iguais àqueles que anteriormente eram inferiores (Smith, 2006: 185). O colonialismo nunca imaginou que um dia os assimilados poderiam chegar à metrópole, quanto mais que pudessem chegar reivindicando espaço e reconhecimento de direitos de pertença à mesma realidade cultural, política e econômica dos europeus.

Fenotipicamente definida, a raça manteve-se uma inegociável pedra angular da comunidade imaginada portuguesa. Os portugueses entendiam-se enquanto brancos, logo, os *retornados* com outras características representavam uma mácula para essa imagem. A solução encontrada foi invisibilizá-los. Então eles foram reclassificados e aglomerados junto com outros “imigrantes negros” que não tinham direito à cidadania – particularmente o grande número de caboverdianos que imigraram para Portugal nos

anos 1980. Sua identidade foi assim involuntariamente reescrita conforme uma concepção da identidade nacional portuguesa na qual raça, nação e cada vez mais a localização podiam ser vistas como coincidentes (Lubkemann, 2005). Situação indicadora de que politicamente Portugal podia parecer inserido na era pós-colonial, mas o discurso público que dava forma a sua identidade nacional continuava impregnado pela colonialidade. E até os dias atuais a imagem de si mesmo que Portugal tem apresentado ao resto do mundo retrata mais continuidades do que descontinuidades críticas com o período colonial.

PROBLEMATIZANDO A DESCOLONIZAÇÃO:

Questionar as relações coloniais abre campo para perceber as rupturas e continuidades, nos nossos dias, de tais relações. Afinal, a descolonização, existindo enquanto relação política, teve (e tem) um impacto multifacetado sobre todas as partes envolvidas na experiência colonial. Uma análise crítica da pós-colonialidade requer um exame do processo de memória seletiva e esquecimento nas antigas sociedades coloniais (Lubkemann, 2005: 258). Considerando que a descolonização é o questionar do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização (Meneses, 2008: 12), é possível afirmar que, apesar de concretizada a transição política que permitiu que Angola se tornasse um Estado independente, as heranças e memórias portuguesas e angolanas ainda estão muito aquém da sua descolonização.

Durante a vigência política da relação colonial Portugal e Angola partilharam espaços. Desde a independência de Angola partilham silêncios ou interpretações intraduzíveis sobre seu passado comum. Suas memórias da experiência colonial e, sobretudo, da relação entre colonizado e colonizador, parecem ser incompatíveis. Um reflexo claro dessa situação pode ser percebido na produção historiográfica sobre o período colonial. De fato, é notória a existência de duas macro-narrativas históricas desenvolvidas sobre o denominador comum de um mesmo território e um mesmo conflito (Meneses, 2008): uma sobre a guerra colonial na etapa final da colonização imperial portuguesa; a outra sobre o processo que conduziu à independência nacional de Angola. Estas duas histórias, influenciadas pela memória social do “acontecido”, sempre subjetiva, e pela maneira como tal memória é gerida politicamente, têm conhecidos percursos distintos. Trata-se de uma guerra com dois nomes que refletem

diferentes interpretações, das quais se pode deduzir que, apesar dos momentos partilhados, a guerra não foi a mesma para portugueses e angolanos.

De modo geral a abordagem portuguesa da guerra “colonial” está embebida numa recusa do reconhecimento de outras memórias sobre este conflito e numa falta de problematização dos conteúdos, das razões e dos projetos políticos ali envolvidos. Situação que parece reproduzir a ausência de uma verdadeira confrontação com o fenómeno colonial, isto é, o fato de que, em termos epistêmicos, Portugal nunca problematizou o que foi realmente a colonização. Pelo contrário, conservou, no essencial, uma leitura que justifica e não desafia a história ocidental da colonização. Na maioria das vezes a intervenção colonial é vista pelos portugueses como uma experiência positiva, de bons resultados. Sua essência, a violência de negar ao outro o direito de ser percebido como igual, é silenciada e relegada ao esquecimento.

Para os angolanos a memória da luta de libertação nacional constitui o cerne da história nacional. A construção desta história assenta numa politização exacerbada do processo de acionamento das memórias locais com o objetivo de extirpar as heranças coloniais. Para tanto, a estratégia adotada tem sido lembrar e falar das razões que levaram à necessidade da luta de libertação. Mas a evolução do nacionalismo angolano só pode ser entendida na sua profundidade se aos fatores internos que a influenciaram se juntarem àqueles que resultaram do confronto com o poder colonial. Neste sentido, uma convocação de todas as memórias – nacionalistas e coloniais – torna-se obrigatória para compreender o momento de ruptura que levou à independência de Angola. Para escrever esta parte (e outras) de sua história os angolanos necessitam de fontes coloniais. Para reescrever sua história a partir de uma perspectiva pós-colonial os portugueses precisam aprender a valorizar as fontes produzidas pelos angolanos. Como chegar ao diálogo com estas outras narrativas é o grande desafio que os portugueses têm por enfrentar.

Essa aposta no interconhecimento, na superação da monocultura da ciência moderna por uma ecologia de saberes que implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença (Santos, 2009), pode ser o primeiro passo rumo à configuração de relações mais justas entre as sociedades portuguesa e angolana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Andrade, Mário Pinto de (1997), *Origens do nacionalismo africano – Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Correia, Pedro Pezarat (1998), “O “Ciclo Africano do Império” e o seu fim. O impacte da descolonização”, in Comissariado de Portugal para a Expo’98/ Pavilhão de Portugal e Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (orgs.), *Portugal na Transição do Milénio – Colóquio Internacional*, 5 a 8 de Novembro de 1997, Lisboa: Fim de Século. 357-374.
- Correia, Pedro Pezarat (1996), *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugin.
- Correia, Pedro Pezarat (1991), *Descolonização de Angola – a Jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Elkins, Caroline e Pedersen, Susan (2005), “Introduction. Settler Colonialism: A Concept and Its Uses”, in, Elkins, Caroline e Pedersen, Susan (eds.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge. 1-20.
- Fanon, Frantz (2006), *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1980), *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Ensaio de sociologia política*. Lisboa: A regra do jogo.
- Lubkemann, Stephen C (2005), “Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal”, in Elkins, Caroline e Pedersen, Susan (eds.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge. 257-270.
- Maldonado-Torres, Nelson. (2009). “A Topologia do Ser e a Geopolítica dos conhecimentos: modernidade, império e colonialidade”, in Santos, B. S.; Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. 337-382.
- Mama, Amina (2007), Is It Ethical to Study Africa? Preliminary Thoughts on Scholarship and Freedom, *African Studies Review*, volume 50, n.º 1, 1-26.
- Maranhão, M. José et alli (1987), *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Masolo, D. A. (2009), “Filosofia e Conhecimento Indígena: uma perspectiva Africana”, in Santos, B. S.; Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. 507-530.
- Mbembe, Achile (2005), “La République et l’impensé de la “race””, in Pascal Blanchar, Nicolas Bancel, Sandrine Lemaire (dir.), *La fracture coloniale. La société française au prisme de l’héritage colonial*. Paris, Éditions La Découverte. 139-153.
- Meneses, M. P. (2008), *Reconfigurações identitárias e a fractura colonial: a encruzilhada de histórias esquecimentos e memórias*. (mimeo.)
- Meneses, M. P. (2007), “Os espaços criados pelas palavras – racismos, etnicidades e o encontro colonial”, in Nilma L. Gomes (org.), *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Pimenta, Fernando Tavares (2008), *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, General Gonçalves (2002). *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito.
- Saada, Emmanuelle (2007), *Les enfants de la colonie. Les métis de l’Empire français entre sujétion et citoyenneté*. Paris: Éditions La Découverte.
- Saada, Emmanuele (2006), “Une nationalité par degré. Civilité et citoyenneté en situation coloniale”, in Patrick Weil, Stéphane Dufoix, *L’Esclavage, la colonisation, et après...* Paris, Presses Universitaires de France, 193-227.
- Santos, B. S. (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Santos, B. S.; Meneses, M. P. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. 23-71.
- Santos, B. S. (2002), “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”, in Ramalho, M.I.; Sousa Ribeiro, A. (orgs.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos de Identidade*. Porto, Afrontamento. 23-85.

- Smith, Andrea L. (2006), *Colonial Memory and Postcolonial Europe. Maltese Settlers in Algeria and France*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2001). "O Bom Povo Português: Usos e Costumes d'Aquém e d'Além-mar", *Mana* 7 (1). 55-87.